

Parte VI - Prisões e a crise do enclausuramento

Casa de Correção: o cadeião da volta do gasômetro

Renato da Luz Medeiros

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MEDEIROS, RL. Casa de Correção: o cadeião da volta do gasômetro. In: SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., and RUSSO, M., orgs. *Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais*[online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Cenários do conhecimento series, pp. 359-387. ISBN 978-85-386-0386-3. Available from: doi: [10.7476/9788538603863](https://doi.org/10.7476/9788538603863). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yccrp/epub/santos-9788538603863.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Parte VI
Prisões e a crise do enclausuramento

Casa de Correção: o cadeião da volta do gasômetro

Renato da Luz Medeiros*

Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E, entretanto não “vemos” o que por em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão.

Michel Foucault



Figura 1

A Casa de Correção

Fonte: AHRS. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Reprodução: Renato da Luz Medeiros.

1 INTRODUÇÃO

A Casa de Correção nasceu das necessidades urbanas e sociais de Porto Alegre, uma vez que o desenvolvimento e o crescimento da cidade obrigaram as autoridades municipais a elaborarem um projeto para a edificação de uma

Cadeia, o que foi levado a efeito. Contudo, o processo de construção do estabelecimento carcerário logo se mostrou muito dispendioso ao município, o qual acabou transferindo a obra ao Governo do Estado. Este, por sua vez, assumiu a edificação da Casa de Correção, vindo a concluí-la após inúmeras alterações em seu projeto e interrupções durante a sua construção.

O estabelecimento carcerário, desde os primeiros instantes de seu funcionamento até os últimos dias de sua longa existência, sempre teve um elo muito forte com a cidade de Porto Alegre e com o Estado do Rio Grande do Sul. A Cadeia era a maior que o Governo possuía, motivo pelo qual eram encaminhados a ela detentos de todos os municípios do Estado. A Casa de Correção marcou a geografia e a história de Porto Alegre. Durante muito tempo, serviu como referência geográfica aos navegantes do Guaíba, tendo a ponta de terra, onde foi construída, ficado conhecida como “Ponta da Cadeia”. Sua arquitetura marcava a cidade, assim como sua representatividade dentro do contexto socioespacial em que estava inserida. A Casa de Correção sempre esteve presente nas ações governamentais do Estado e da Capital, seja pela lógica da ordem e da correção dos indivíduos transgressores, seja pela manutenção da ordem e da segurança e/ou pela legitimidade e manutenção do poder.

Enfim, resgatar histórica, geográfica e socialmente a antiga de Casa de Correção é trazer à luz a memória de uma instituição que foi o marco do Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul e que funcionou por mais de um século no centro de Porto Alegre, além de, fundamentalmente, abrir-se espaço para suscitar o debate em torno de um tema problemático, que é o grande “calcanhar de Aquiles” das sociedades contemporâneas, que é a questão prisional e o destino social dos condenados a pena privativa de liberdade. Em última análise, significa também resgatar-se o contexto socioespacial e político-econômico da cidade de Porto Alegre.

2 A CASA DE CORREÇÃO E A CIDADE DE PORTO ALEGRE

A fim de se tratar da Construção e funcionamento da antiga Casa de Correção de Porto Alegre, se faz necessário primeiramente compreendermos a gênese política e social que legitimou a sua edificação e funcionamento na capital do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, devido a sua colonização e atividade comercial voltada para a produção de trigo, associada ao monopólio escoadouro das exportações da área agrícola e da distribuição dos produtos importados para o interior tornou-se a “menina dos olhos” de toda a Província. Durante as duas primeiras décadas do século XIX, houve um crescimento populacional muito acelerado, conforme destaca Spalding:

Quadro 1
Crescimento Populacional de Porto Alegre, 1803-1939

Ano	Habitantes
1803	3.927
1807	6.035
1820	12.000
1848	16.900
1858	18.465
1872	34.183
1890	52.186
1900	73.274
1910	130.227
1920	179.263
1939	385.000

Fonte: SPALDING, 1940, p. 62.

A população de Porto Alegre, entre 1803 e 1820, passou de 3.927 habitantes para 12 mil habitantes, correspondendo a (205,5%). Essa explosão demográfica evidenciou um crescimento acelerado e desordenado, sem que a cidade pudesse comportá-lo em um curto espaço de tempo. Proporcionalmente ao crescimento populacional, os problemas da cidade se multiplicavam geometricamente, deixando claro às autoridades a insalubridade para qual a cidade se encaminhava. Entretanto, os problemas da cidade agravaram-se, de fato, a partir de 1820, estendendo-se até 1858. Nesse período, Porto Alegre sofreu uma estagnação, perdendo seu potencial econômico para o sul da Província. Segundo Singer (1977, p. 153):

O sul de um modo geral e a campanha em particular detinham a hegemonia econômica da província, neste período, e para as cidades comerciais desta área, Pelotas e Rio Grande, desviou-se uma grande parte do comércio da província com o exterior. Pelotas como centro de charqueadas e Rio Grande como porto eclipsaram Porto Alegre, que ficou reduzida, do ponto de vista econômico, ao papel de capital regional de uma zona secundária. Entre 1820 e 1858, Porto Alegre vegeta, enquanto a principal atividade comercial da província se desloca para o sul.

Porto Alegre, que anteriormente ofuscava às demais cidades da Província, agora sentia as agruras da perda da importância econômica e comercial. Pelotas e Rio Grande foram as principais cidades que bancaram a virada do jogo, desviando a economia e os interesses comerciais da Província para o sul. As causas que possibilitaram essa mudança ocorreram, basicamente, em função da cidade de Pelotas ter se transformado na principal cidade charqueadora da Província, e Rio Grande por ter recebido um grande investimento em seu porto, o único porto marítimo da Província, conforme demonstra Weimer (1983, p.

167): “O investimento maior foi feito no porto de Rio Grande, por ser o único porto marítimo da Província. Encontramos na documentação gastos na ordem de 1.700 contos de réis, mas é provável que tenham sido maiores.”

Associado a esses fatores deve-se também destacar a Revolução Farroupilha (1835-1845) que, embora não tenha sido a única responsável pelo processo de estagnação econômico e político da cidade, contribuiu ainda mais para o agravamento desta situação. Apesar disso, é nesse período que a cidade começa a receber mais atenção, por parte das autoridades, no que diz respeito às suas necessidades, conforme demonstra Pesavento (1991, p. 22):

Para a área intra-muros surgiu o Primeiro Código de Posturas para a cidade em 1831. Desmembraram-se ruas na área central, construíram praças e largos e iniciou-se a implantação de benefícios urbanos associados ao passeio público, abastecimento de água, iluminação, ao recolhimento e despejos dos dejetos e lixos.

No entanto, Porto Alegre permanecia com muitas carências, pois as medidas adotadas atenuavam mas não atendiam completamente a todas as necessidades que despontavam em várias direções. A falta de saneamento e a sujeira provenientes da concentração populacional em um pequeno perímetro central, associados ao isolamento da cidade durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), somado à estagnação econômica, mergulharam a cidade em um verdadeiro caos urbano. Realmente a cidadeurgia por atendimento nas mais diversas esferas da vida social. Serviços como iluminação pública, coleta e destino adequado para o Lixo, Hospitais, Cemitérios, entre outros, tornaram-se imprescindíveis a seu funcionamento. E entre esses serviços urbanos, um despontava como primordial à cidade, que era a construção de uma Cadeia. As preocupações com a questão prisional passaram a ganhar destaque a partir de uma Lei Imperial aprovada em 1/10/1828, que regulamentou as províncias, os municípios e as câmaras municipais, dando a estas atribuições de fiscalização e manutenção para o bom funcionamento das cadeias, hospitais e estabelecimentos de caridade. Os artigos 56, 57, 58 davam as seguintes determinações:

Artigo: 56. Em cada reunião, nomearão uma comissão de cidadãos probos, de cinco pelo menos, a que encarregarão a visita das prisões civis, militares, eclesiásticas, dos cárceres dos conventos dos regulares e de todos os estabelecimentos públicos de caridade, para informarem de seu estado e dos melhoramentos que precisam.

Artigo: 57. Tomarão por um dos primeiros trabalhos, fazer construir ou consertar as prisões públicas de maneira, que haja nelas a segurança, e comodidade, que promete a constituição.

Artigo: 58. Darão parte anualmente, ou quando convier, ao Presidente da Província e Conselho Geral, das infrações da constituição, e das prevaricações, ou negligências de todos os empregados (AHRS. Legislação: Livro 43, p. 302).

O ano de 1828 é, sem dúvida, um marco no que diz respeito ao Sistema Prisional do Império. A instituição de comissões fiscalizadoras demonstram as preocupações que assolavam a conturbada vida social urbana no país. Até então não tinha ocorrido semelhante interesse nas condições dos estabelecimentos carcerários existentes, embora fosse notório ao conhecimento das autoridades e da população que estas instituições não passavam de pardieiros sujos e infectos, sem as mínimas condições de habitabilidade, não só em Porto Alegre, mas em todo o Brasil. Em síntese, as condições carcerárias no País eram caóticas e muito bem conhecidas, tanto que a partir da Constituição Política do Império, em seu artigo 179, parágrafo 21, recomendava-se que fossem feitos melhoramentos nas instituições prisionais do País, a fim de tornar estes estabelecimentos dignos de habitabilidade. A verdade é que as cadeias refletiam o quadro geral das cidades e como já foi visto, Porto Alegre sofria de todo o tipo de carência nas mais diversas áreas e nesse contexto, as prisões não eram diferentes.

Os constantes relatórios das Comissões comprovaram o que já era notório e sabido por todos, que as cadeias existentes, eram insalubres, inapropriadas e sem as mínimas condições de habitabilidade. A recomendação era a de que se construísse uma Instituição Prisional digna e condizente com o que determinava a Constituição do Império, ou seja, que fosse capaz de transformar o delinquente preso em um cidadão, reconduzindo-o ao núcleo da sociedade. Diante da crescente demanda carcerária e do novo quadro que emergia dos relatórios das comissões de inspeção, as autoridades não tiveram outra saída senão a de mandar construir imediatamente o estabelecimento prisional que a cidade tanto necessitava. Em face disso, a câmara municipal “em 1832, aprova e dá início a construção da cadeia civil da capital” (Franco, 1992, p. 364), chegando a fazer a fundação e os alicerces necessários a obra. O local escolhido para a edificação foi o Largo da Forca, coincidentemente, o mesmo lugar onde eram realizados os enforcamentos. É interessante destacar que o lugar escolhido para a construção da Cadeia tinha um histórico sinistro e sombrio, pois, nos primórdios da cidade, tinha servido de cemitério e posteriormente passando a abrigar a força destinada aos condenados à morte. Entretanto, as circunstâncias inconstantes do período acabaram fazendo com que os alicerces iniciados no Largo da Forca fossem abandonados.

Os projetos de construção de uma Cadeia na Capital do Estado tiveram de ser adiados devido o irromper da Revolução Farroupilha. Assim, os planos das autoridades seriam completamente alterados, não só aqueles referentes à Cadeia, mas também todos os demais assuntos da Província e de seus municípios. Dessa forma, as obras públicas em toda a Província foram as mais afetadas. No caso específico de Porto Alegre, o impacto foi ainda maior em razão do sítio que sofreu por ter ficado ao lado do Império contra os revolucionários.

Somente a partir de 1845, quando terminou a Revolução e a Província retomou seu curso normal, é que Porto Alegre voltou ter suas velhas aspirações.

Em verdade, Porto Alegre saía da revolução melhor do que entrara. A resistência aos farroupilhas não só lhe garantiu o título de “Mui Leal e Valorosa”, mas fundamentalmente os recursos financeiros necessários ao seu reestabelecimento econômico e comercial como principal cidade da Província que, desde 1820, sofria os dissabores de uma estagnação econômica, política e social. Em vista disso, agora Porto Alegre podia direcionar seus esforços, a fim de realizar seus antigos projetos. E, dentre eles, a Cadeia Civil da Capital apresentava-se como primeira necessidade. A comprovação desta urgência, em construir a Cadeia, fica evidente através do Ofício do Presidente da Província de 24/04/1845, que encarrega uma Comissão de Engenheiros Militares da confecção do projeto e a escolha de um local apropriado para sua edificação. Diante dessa determinação, foi formada uma Comissão de Engenheiros Militares, que após terem analisado as condições de Porto Alegre e estudado algumas áreas da cidade, enviaram um Relatório ao Presidente da Província indicando um local e também as respectivas justificativas de sua escolha.

Estando ainda em princípio a confecção do projeto da Cadeia Civil da Capital da Província que Vossa Excelência encarregou [...] em seu ofício circular, e tendo tocado na distribuição que fizemos do trabalho [...], cabendo ao capitão João Álvares Ferraz D’Éilly, o respectivo orçamento, concluímos aquele trabalho, que junto temos a honra de enviar a V. Ex. com as indispensáveis explicações. A Comissão havia previamente não só examinado o local outrora escolhido para a edificação da Cadeia na praça existente no princípio da Rua da Praia com diversas outras, e entre todos preferiu o terreno de marinhas denominado Ponta do Arsenal. (AHRS. O.P. Maço. 2).

A Comissão de Engenheiros Militares destacou seis boas razões para justificar o novo local escolhido para a construção da Cadeia Civil de Porto Alegre:

1º Porque a localidade é bastante arejada e de fácil asseio e limpeza para o estabelecimento, tornando-se portanto saudável para as pessoas que nele habitarem.

2º O solo formado de rochedos em quase todo o espaço da edificação oferece uma sólida base para a fundação dos alicerces.

3º Independentemente do sistema adaptado para o estabelecimento, o das caixas de conexão, que subtraem os presos às vista do público, fica a Prisão, como convém, em uma posição desviada do movimento geral da população.

4º O isolamento do indicado ponto evita com mais eficácia o derramamento de qualquer epidemia que por ventura se desenvolva na Cadeia.

5º Torna-se fácil a aquisição de água para o consumo do estabelecimento.

6º Deixa livre o outro local outrora indicado o qual pode ser empregado em uma bela praça para logradouro e recreio público, circunstância que é tanto mais atendível quanto é reconhecida a falta desta comodidade pública.

A Comissão ainda fez questão de mencionar em seu Relatório, enviado ao Presidente da Província, que a Comarca estava de acordo com a escolha do local indicado e solicitava ao Presidente que, após a verificação do trabalho, desse prosseguimento, mandando realizar o orçamento, apresentando o projeto completo. Em face disso, em 1845, a Ponta da Praia do Arsenal, posteriormente denominada Volta do Gasômetro, em razão da Usina que se instalou no local, foi o local escolhido pela Comissão, para a construção da Cadeia Civil da Capital obtendo aprovação da Câmara Municipal e do Presidente da Província. Assim sendo, após duas décadas de tentativas frustradas, as autoridades estavam prestes a “presentear” Porto Alegre com uma Cadeia. Entretanto, o início da edificação da Cadeia Civil da Capital na Ponta do Arsenal, ainda seria protelada por mais alguns anos, em virtude da doação dos terrenos daquela área feita ao município pelo Presidente da Província em 1824,¹ para que a câmara alocasse recursos através da venda dos mesmos e efetivasse a construção da Cadeia, fato que não ocorreu e que agora dificultava a construção da Cadeia no local em virtude dos terrenos serem propriedades particulares. A saída do Município de Porto Alegre para resolver a questão era se valer da Lei Provincial Nº 3 de 27 de junho de 1835, que determina a desapropriação de terrenos particulares para fins públicos e de utilidade da cidade a fim de promover bem feitorias e resolver os problemas municipais. O Município procurou fazer um acordo com os proprietários trocando os terrenos por outras áreas disponíveis da cidade. Contudo, não obteve pleno êxito, pois só um dos proprietários aceitou o acordo. Dessa forma, a Câmara Municipal não teve outra saída senão partir para as desapropriações dos terrenos da Praia do Arsenal, via judicial, fato que perdurou de 1846 a 1849,² quando o Município obteve o direito legal de desapropriar os terrenos — através de indenização — os seus respectivos proprietários. Em setembro de 1849, a Câmara Municipal prestava esclarecimentos à Presidência da Província informando que disponibilizava os recursos financeiros necessários para iniciar as obras de edificação da Cadeia. Contudo, os recursos orçamentários disponibilizados pelo Município não foram suficientes para iniciar as obras. Assim sendo, a Câmara resolveu transferir o capital que possuía em caixa para a Província, que se encarregou de assumir completamente a construção da Cadeia Civil da Capital.

3 A CONSTRUÇÃO DA CADEIA CIVIL DA CAPITAL

Em janeiro de 1850, a obra já estava sob inteira responsabilidade da Província, sendo que uma das primeiras medidas a respeito da edificação da Cadeia foi solicitar um novo projeto e seu respectivo orçamento. O primeiro projeto era de menor proporções, talvez em virtude das limitadas posses da Câmara Municipal, mesmo assim era uma obra gigantesca. O segundo projeto era ainda maior, com capacidade superior ao primeiro, este sob inteira responsabilidade do Governo Provincial.

Examinando o porte do projeto e os custos orçados para a sua construção, denota-se que a obra requereu uma grande soma em dinheiro para ser concretizada. Segundo Weimer (1983, p. 170), “a Cadeia de Porto Alegre foi uma das maiores obras feitas na cidade”. Em fevereiro de 1850, a Presidência da Província autorizava a primeira despesa com a compra das pedras destinadas para a construção da Cadeia Civil de Porto Alegre. No entanto, passados alguns meses, o fornecedor Sr. João Antonio Rodrigues enviava uma solicitação ao Governo Provincial onde requeria o pagamento, ao menos de uma parte, da quantidade de pedras que havia fornecido para a construção da Cadeia.

Devolvendo a V. Ex. o incluso requerimento de João Antonio Rodrigues, em que pede ser embolsado do emparte de tresentos e noventa toneladas de pedras, que forneceu para a obra da Cadeia, seguindo o contrato feito com o [...] Presidente, cumpre-me informar a V. Ex. que é exato ter o suplicante, posto essa quantidade de pedras na referida obra, por quanto o hiate Flor de Taquary pos duas cargas de 59 toneladas, cada uma, o hiate 22 de Setembro de uma carga de 63 toneladas, o hiate Trindade uma carga de 64 toneladas, o hiate 26 de Novembro uma carga de 48 toneladas, e o hiate 30 de Março uma carga de 97 toneladas, as quais perfazem o número de 390 toneladas, de que o suplicante requer o pagamento, tendo deixado de continuar tal fornecimento em virtude da ordem de V. Ex. que me foi comunicada em officio [...]. Porto Alegre, 15 de junho de 1850.³

Tudo indica que o velho fantasma do déficit orçamentário atacava mais uma vez. A obra mal havia iniciado e, ao que parece, a Província já sentia a fragilidade do seu orçamento. O officio supracitado do Sr. João Antonio Rodrigues enviado ao Presidente da Província evidencia que o Governo Provincial enfrentava dificuldades para honrar seus compromissos financeiros. A ordem do Presidente da Província de suspender as remessas de pedras, para a edificação da Cadeia, e o não pagamento daquelas que já tinham sido fornecidas demonstra que a Província não estava preparada, naquele momento, para uma construção de tamanha envergadura. Dessa forma, em 1850, a obra era mais uma vez interrompida. A província sentia, assim como, anteriormente o município, o quanto era difícil e penoso arcar com a construção de uma Cadeia de grandes proporções.

No entanto, em 1852, a construção da Cadeia Civil da Capital foi reiniciada, sofrendo, contudo, uma ligeira modificação na execução de seu projeto, por ordem do Vice-Presidente da Província Luís Alves de Leite de Oliveira Belo, em razão de entender que a obra levaria vinte anos para ser concretizada com os recursos provinciais destinado à construção. A obra foi dividida em três partes a serem realizadas:

A primeira secção compreende toda a parte anterior do edifício até o meio; é por si só uma completa e muito boa Cadeia, com capacidade para conter mais de 200 presos, classificados por sexos, por crimes e por condições; tem oratório, sala de audiência, casas de administração e de guarda; e posta em praça a sua construção, foi arrematada em concorrência de outros licitantes, por Manoel Fialho de Vargas, pela quantia de 150:000\$000 reis, com a condição de ficar pronta em 4 de setembro de 1855, conforme o respectivo contrato celebrado perante a contadoria provincial, e a planta que voz serão apresentados.

A segunda secção compreende toda a parte posterior do edifício, com capacidade igual a da primeira.

A terceira consta das obras exteriores e aterros. Todo o edifício deverá custar 400:000\$000 reis. É uma obra digna da província, e de que ela muito necessita. Se forem feitas as outras secções seguidamente, começando-se uma, logo de pois de acabada a antecedente, poderá ficar concluído o edifício todo em 9, ou 10 anos, com o dispêndio de 30 à 40 contos de réis por ano, principiado a servir desde o ano de 1856 em diante.⁴

Assim sendo, em fevereiro de 1855, a primeira parte da obra foi terminada. Porto Alegre, depois de muitos anos de espera, ganhava uma Cadeia, e ao menos em parte, a Província atingia um antigo objetivo com a construção da Cadeia Civil da Capital. É importante salientar que a construção não seguiu fielmente ao projeto, a obra sofreu alterações ao longo do tempo, a começar pela execução da obra entre outras que foram sendo acrescentadas ou retiradas do projeto original. Em junho de 1855, o Presidente da Província Dr. João Lins Vieira Casansão de Sinimbu comunicava o “Pagamento da 6ª e última parcela de 25:000\$000 réis” referente a primeira parte da obra, conforme o “§ 62 da lei do orçamento” prevista para a construção da Cadeia, perfazendo “150.000\$000 réis, porque foi contratada esta importante obra” – Relatório do Presidente da Província João Lins Vieira Casansão de Sinimbu, 30/06/1855 (AHRS. A-7.04, p. 27). A partir daí começa a história existencial da Cadeia Civil da Capital, posteriormente denominada de Casa de Correção e vulgarmente conhecida como Cadeião da Volta do Gasômetro, que funcionou por mais de um século no centro de Porto Alegre.

O Presidente da Província Dr. João Lins Vieira Casansão de Sinimbu, em seu relatório de 30 de junho de 1855, comunicava com entusiasmo a Inauguração da Cadeia Civil da Capital, no dia 28 de fevereiro de 1855, com a transferência

de 195 presos que estavam no porão do Quartel do 13º Batalhão. Entretanto, a Cadeia entrara em funcionamento com sua capacidade praticamente esgotada, em razão da construção do primeiro prédio ter capacidade para apenas 200 detentos. O fato é que a Nova Cadeia Projetada – em conformidade com os novos pensamentos penais do século XIX – para atender aos anseios e às necessidades da Província, não conseguiu de imediato atingir os objetivos que nortearam a sua construção. E dentre esses objetivos não alcançados destaca-se, principalmente, a inviabilidade da implantação das oficinas de trabalho para instrução e correção dos presos. As oficinas eram parte integrante do projeto reformador que se desenvolveu durante o século XIX. A Prisão deveria reproduzir a sociedade em seu interior, a fim de tornar os presos disciplinados e úteis para uma futura reinserção social. Segundo Foucault (1999, p. 195),

A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência. No fim do século XVIII e princípio do século XIX se dá a passagem a uma penalidade de detenção, é verdade; e era coisa nova. [...] Pode-se compreender o caráter de obviedade que a prisão-castigo muito cedo assumiu. Desde os primeiros anos do século XIX, ter-se-á ainda consciência de sua novidade; e entretanto ela surgiu tão ligada, e em profundidade, com o próprio funcionamento da sociedade, que relegou ao esquecimento todas as outras punições que os reformadores do século XVIII haviam imaginado.

Neste sentido, a Cadeia deveria cumprir com a sua função dentro da sociedade que estava em processo de “modernização”. E, para tanto, era imprescindível que se criassem as oficinas. Atendendo assim às recomendações legais e dando o merecido tratamento de ocupação, trabalho e educação (correção) aos condenados. Dessa forma, todas as medidas adotadas pelo governo seguiram nessa direção, mas como não havia espaço físico, recursos e funcionários para viabilizar a imediata implantação das oficinas, estas ficavam no plano da intenção e da normatização. Tal como referido anteriormente, convém lembrar que a Cadeia já nascera com sua capacidade máxima, praticamente esgotada. E, se é verdade que passados mais de trinta anos, a sua capacidade permanecera a mesma (200 detentos no máximo), o mesmo não se pode dizer do contingente de presos; se a Cadeia, no momento de sua inauguração, abrigou 195 presos, após três décadas de existência, esse número havia dobrado. Conforme observa-se a seguir:

Quadro 2
População Carcerária

Ano	Número de presos
1878	306 – ARHS-CL 79
1879	389 – Jornal do Comércio, Nº 79. 7/04/1879
1885	401 – Jornal do Comércio, Nº 106. 7/05/1886
1886	387 – Jornal a Ordem, Nº 3812. 20/10/1886
1887	382 – Jornal o Conservador Nº 58. 15/03/1887
1888	392 – Jornal o Mercantil, Nº 79. 9/04/1888 ⁵

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Provavelmente, em razão da superlotação e dos inúmeros problemas existentes na Cadeia Civil da Capital, a Câmara Municipal de Porto Alegre, em 1885, tenha se motivado a fazer uso da lei imperial de 1º de outubro de 1828, que determina sempre que necessário o estabelecimento de comissões para averiguar as condições das prisões, hospitais e estabelecimentos de caridade. Neste sentido, em 1885, foi formada uma comissão de cidadãos, da mais alta reputação, composta por: Felicíssimo Manoel de Azevedo, Julio de Castilhos, Achilles Porto Alegre, João Câncio Gomes e Ramiro Barcelos. Essa comissão recebeu como atribuição examinar e descrever o funcionamento, as condições de habitabilidade e a disponibilidade dos recursos materiais das prisões, hospitais e estabelecimentos de caridade da Capital.

Fica evidente que a escolha desses cidadãos para compor a Comissão, nomeada pela Câmara Municipal, tinha como objetivo buscar notoriedade e legitimidade para cobrar soluções da Presidência da Província com relação aos problemas enfrentados pelos estabelecimentos, pois essas pessoas faziam parte de uma intelectualidade formadora de opinião com elevada representatividade social.

O perfil desta Comissão é importante para que se avalie a sua representatividade: pessoas de cultura, ligadas às letras, à política, à medicina e ao jornalismo. Representativos de uma elite cultural da cidade, formadores da opinião pública. Alguns deles com nítida influência no partido que desafiava a estrutura monárquica e que buscava ampliar terreno. É o que se poderia chamar “uma Comissão de notáveis”, que deixariam um relatório onde se revelaria a “autoridade da fala”. (Pesavento, 2003, p. 14).

A Comissão realizou um minucioso relatório, no qual registrou todas as irregularidades que observou em sua visita à Cadeia. As impressões que a Comissão teve, ao adentrar a Cadeia Civil da Capital, foram: as paredes completamente precárias, a deterioração do assoalho e o excessivo número de presos concentrados nas celas vivendo de forma extremamente insalubre.

A Comissão visitou no dia 27 do mês próximo findo este estabelecimento. Ao transpor o vestíbulo, recebeu logo a Comissão uma impressão desagradável pelo aspecto das paredes, onde se nota a ausência da caiação, de muito tempo, faltando-se assim aos preceitos higiênicos exigidos em tais casas, cresceu, porém, de ponto a admiração da Comissão, quando percorreu os compartimentos do primeiro pavimento, que encerram os presos. O assoalho de todas as celas está em completo estado de ruína, vendo-se em algumas delas buracos, por onde podem descer os presos para o porão, facilitando assim um meio de evasão, que não poderá ser obstado pelo carcereiro. Todos os compartimentos são ocupados pelo quádruplo das pessoas que podem neles habitar; assim é que em um chadrez [sic], que tem dois e meio metros de largura sobre cinco de comprimento, contamos quatorze mulheres.⁶

Buracos no assoalho por onde os presos poderiam fugir, paredes podres com a infiltração das águas vindas do telhado esburacado e celas com o quádruplo de pessoas que poderiam comportar. Esta foi a visão que a Comissão teve ao adentrar na Cadeia, que havia sido construída justamente para dar as condições e o tratamento que as suas antecessoras não foram capazes de oportunizar aos detentos. O Relatório ainda afirma que as mazelas observadas na cela das mulheres é uma “cópia fiel” de todas as outras existentes na Cadeia Civil, para a infelicidade e desespero dos presos.

Assim sendo, tal como ocorrera em 1830, quando uma Comissão, ao vistoriar as cadeias existentes na cidade, apontou como solução, para resolver o problema da grande desumanidade, a transferência dos presos para outro estabelecimento, até que um outro fosse construído, passados mais de cinquenta anos, também uma Comissão ao inspecionar a Cadeia Civil, seguiu a mesma receita. A comissão que vistoriou a Cadeia Civil da Capital observou que aquela que deveria ser o modelo de todos os cárceres, diante dos inúmeros problemas e desmandos presenciados, deveria se fazer a transferência dos presos e/ou perdão total de no mínimo a metade da população carcerária. Não existia, na Porto Alegre de 1830, outra instituição capaz de receber os presos da Prisão Militar. O mesmo fato ocorria na Porto Alegre de 1885, também esta alternativa era inviável. A novidade é a solicitação de um perdão total em massa, coisa pouco provável de acontecer para não dizer impossível. Tudo leva a crer que, em se tratando da questão prisional, a cidade estava andando em círculos.

A difícil situação da recém Inaugurada Cadeia Civil da Capital, que estava sendo construída em partes, iria perdurar até o fim do regime imperial. Em dezembro de 1888, o Vice-Presidente da Província Barão de Santa Thecla, ao passar a administração da Província ao Dr. Joaquim Galdino Pimentel, informava que não tinha sido possível dar continuidade às obras na Cadeia Civil, e que a pequena verba destinada para o seu prosseguimento havia tido outros fins, com o pagamento das despesas, feitas na administração anterior, que não foram pagas.

Em 7 de maio determinei ao engenheiro diretor da repartição de obras públicas providenciasse a fim de cessar o serviço das obras que estavam em construção na Cadeia Civil desta capital, fazendo apenas tapar o oitão da parte sul do edifício central e concluir o respectivo retelhamento.⁷

Dessa forma, o projeto reformador da cadeia que almejava corrigir os indivíduos “degenerados” e devolvê-los ao núcleo social, chegava nos últimos dias do longo período imperial, frustrado e inacabado. O império havia envelhecido e falecido sem concretizar um dos maiores e mais antigos objetivos da Província, que era literalmente o estabelecimento integral de uma Casa de Correção.

4 O GOVERNO REPUBLICANO E A CASA DE CORREÇÃO

Com o advento da República, em 1889, ocorreram grandes transformações em relação aos projetos políticos, econômicos e sociais no País e, também, dentro do Estado do Rio Grande do Sul. A partir do período republicano, a máquina política e administrativa passaria por uma série de profundas mudanças em sua gênese, para se enquadrar aos princípios norteadores da nova política-econômica que buscava afirmação e legitimidade. A nova classe dirigente que chegava ao poder era oriunda do Partido Republicano e visava acima de tudo a implantação do capitalismo, a industrialização e o progresso em ampla escala, sendo que, para isto, fundamentavam-se nos ideais positivistas. Durante a República Velha, o positivismo guiou a política, a economia e a vida social no país, em maior ou menor grau, em todos os estados brasileiros.

No caso específico do Rio Grande do Sul, o positivismo adquiriu uma característica muito particular, pois, antes mesmo do estabelecimento da República, já se fazia presente a bandeira positivista, encontrando-se erguida desde as primeiras horas do Novo Regime. A singularidade do positivismo desenvolvido no Estado do Rio Grande do Sul, reside no fato de que os líderes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) buscaram no positivismo de Comte os princípios filosóficos, políticos, econômicos e morais propostos em sua doutrina, para uma sociedade “moderna” onde o capitalismo e a industrialização já eram uma realidade e os adaptaram às reais circunstâncias do Estado.

No contexto Europeu, a ideologia positivista surgiu como defensora da sociedade burguesa em ascensão e do desenvolvimento capitalista. Para conservar a ordem burguesa, era essencial que se acelerasse o desenvolvimento industrial. Desta forma, a ordem era a base do progresso; o progresso era a continuidade da ordem. No contexto gaúcho, tratava-se antes de implantar o capitalismo, para o que se apresentava uma série de entraves. Ante tais problemas que se antepunham, o PRR propunha-se a realizar a modernização econômica exigida. A ideologia importada, posta a serviço das condições histórico-objetivas locais,

fornecia os elementos básicos que norteariam a ação do grupo no poder: desenvolver as forças produtivas do Estado, favorecer a acumulação privada de capital e propiciar o progresso harmônico de todas as atividades econômicas. (Pesavento, 1997, p. 67, grifos nossos).

Dentro deste particular, o Positivismo articulado pelas lideranças do PRR no Rio Grande do Sul, visava à expansão do capitalismo, que necessariamente deveria obedecer a três preceitos fundamentais: a industrialização de um modo geral, a acumulação de capital e a garantia da propriedade privada. Portanto, era imprescindível ao projeto político que se desenvolvia no sul do Brasil, o estabelecimento de um disciplinamento social capaz de garantir o progresso harmônico no Estado através de uma ordem institucionalizada. Dessa forma, mais do que nunca, algumas instituições do Estado (Polícia e Cadeias) adquiriam importância, sendo vitais para o funcionamento da engrenagem político-administrativa. Neste sentido, tendo como meta a sustentabilidade do sistema vigente, a Cadeia Civil da capital passou a ser encarada, não mais como um peso aos cofres do tesouro como era entendida no período imperial, mas sim como um importante órgão do Estado que precisava ser muito bem administrado e racionalizado para normatizar e corrigir a conduta dos indivíduos que se corromperam e se desviaram da ordem institucionalizada pelo Governo.

Assim sendo, o Governo Positivista do Estado do Rio Grande do Sul procurou otimizar administrativa e burocraticamente, com pessoal e recursos, a Cadeia da Capital. Entretanto, as medidas adotadas pelo Estado Positivista, no que se refere à Cadeia Civil, não se restringiam simplesmente a questões burocráticas. A formação de condutas obedientes e seguidoras da ordem instituída pelo novo Governo era vital para a manutenção do sistema vigente, e dentro deste contexto a Cadeia Civil da Capital deveria refletir a sociedade e servir de exemplo, sob forma alguma poderia falhar na exigência do cumprimento da ordem estabelecida.

Partindo dessa premissa, o então Presidente do Estado Dr. Julio Prates de Castilhos, em 1893, ordenou a construção de celas subterrâneas (ZH. 05-09-1999, p. 70). Estas celas ficavam, aproximadamente, a dois metros abaixo do nível do Guaíba e eram destinadas aos presos que se recusavam a seguir a disciplina e a ordem da casa. Em verdade, essas celas funcionavam como solitárias, serviam tanto para punir os infratores que transgrediam a disciplina estabelecida como para advertir aos demais que a desobediência e a infração das ordens poderiam lhes garantir um longo tempo em uma das solitárias, um severo castigo que certamente os presos procuravam evitar. Cabe destacar que, sobre a existência e o funcionamento das celas subterrâneas, existem inúmeras histórias de presos que, após terem passado uma longa temporada nas ditas celas, vivendo sob a constante umidade, devido à infiltração da água do Guaíba, associado ao fato de comerem, beberem e dormirem junto aos dejetos fecais, adquiriam o bacilo da

tuberculose e, na maioria das vezes, sua sentença de morte, pois ainda não havia antibióticos para o tratamento dessa doença.

O fato é que o Estado do Rio Grande do Sul, através do Governo Positivista, buscava soluções imediatas aos propósitos do capitalismo e para tal mais do que nunca a Cadeia precisava ser funcional e exemplar. Assim era o entendimento das autoridades. O relatório do Chefe de Polícia Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros deixa claro que a Cadeia precisa ser racionalizada e eficaz: “Quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o aspecto administrativo, carece a Cadeia Civil desta capital de reforma inadiável que sirva ao menos de transição ao regime definitivo.”⁸

No mesmo Relatório, o chefe de polícia ainda chamava a atenção para a questão da ação policial, que deveria ser contundente e eficaz no enfrentamento da criminalidade. Neste sentido, o Governo Republicano Positivista Gaúcho tratou de somar esforços, tanto para dar prosseguimento com as obras de construção da Cadeia e as reformas que se faziam necessárias como para instrumentalizar a Polícia para conter a criminalidade de forma repressiva e contundente. Assim sendo, em 31 de Julho de 1896 o Chefe de Polícia destaca o fato mais importante e esperado desde o período imperial, que deu razão a substituir o nome de Cadeia Civil para Casa de Correção, que foi a conclusão da construção de um edifício destinado a abrigar as oficinas onde os presos passariam a trabalhar.

A antiga Cadeia Civil desta Capital, que passou a ser denominada – Casa de Correção – é atualmente regida por um novo regulamento, de caráter provisório, aprovado pelo ato de 29 de fevereiro de 1896. [...] o regime provisório, que ele tem estabelecido, significa uma transição necessária entre as circunstâncias atuais e o sistema penitenciário legal. Até esta data, porém, não foi ainda nomeado o pessoal administrativo, criado pelo citado regulamento, e, por esse motivo, não tem ele sido executado senão parcialmente. O edifício esta carecendo de alguns reparos urgentes, que serão feitos provavelmente dentro em breve. Está construído no pátio, inter-muros um pequeno edifício, dividido em três seções, destinado as oficinas onde devem trabalhar os condenados.⁹

A partir deste momento, a Casa de Correção começava a vivenciar uma reforma sistemática, tanto no plano organizacional, quanto em suas condições físicas e materiais. As metas governamentais estavam sendo levadas a efeito para transformar a Casa de Correção em uma verdadeira Instituição correcional e regeneradora dos indivíduos infratores da lei e da ordem. Os documentos, a partir do ano de 1897, informam muitas melhorias realizadas na Casa de Correção, estendendo-se desde a nomeação do pessoal administrativo e implantação de algumas oficinas, até aos reparos essenciais apontados como condição para o seu funcionamento. Dessa forma, as autoridades agiam rapidamente, usando principalmente as instituições que lhes garantiam a sustentabilidade governamental, e entre as instituições eleitas para cumprir essa meta, figurava a

Casa de Correção, que recebeu especial atenção e tratamento, a fim de adequar-se aos propósitos estabelecidos pelo Governo. Tal diagnóstico pode ser facilmente comprovado ao analisarmos os diversos documentos e relatórios produzidos próximos à virada do século, como é o caso do Relatório de 1898, que explicita e enaltece a situação da Casa de Correção.

Concluídas as obras mandadas fazer pelo Governo do Estado em dezembro do ano passado, apresenta hoje a Casa de Correção um aspecto agradável e a limpeza, tanto externa como internamente, é completa. O pátio exterior macadamizado da perfeito escoamento às águas que outrora ali se acumulavam, com grave prejuízo da saúde dos sentenciados. O pátio interno também foi aterrado e a superfície toda revestida de cimento, ficando por esta forma completamente extreme de humidades. Terminadas diversas obras em projeto, obras estas aprovadas pelo Governo do Estado, poderá a Casa de Correção de Porto Alegre hombraer, em breve tempo, com os estabelecimentos congêneres dos países mais cultos guardadas necessariamente as precisas condições de relatividade.¹⁰

A Casa de Correção, no final do século XIX, passava por uma reforma completa, tanto organizacionalmente quanto materialmente, a Cadeia, assim como a Polícia, configurava-se como uma das principais engrenagens da máquina política e administrativa do Estado. Essas duas instituições procuravam funcionar em perfeita sintonia: de um lado, a polícia buscava reprimir e intimidar os atos criminosos dentro do contexto social: de outro, a Casa de Correção visava reproduzir, em seu interior, a sociedade de todas as formas possíveis, e é neste viés que se insere o empreendimento das oficinas.

O estabelecimento efetivo das oficinas na Casa de Correção aglutina-se a uma série de medidas e esforços para a reeducação dos presos, sistematizando e normatizando suas condutas para serem inseridos dentro do programa do Estado. O preso, de uma forma ou de outra, seria esquadrihado para posteriormente ser enquadrado dentro da sociedade que o Governo estava implementando. Essa constatação fica evidente se observarmos a solicitação da Chefatura de Polícia enviada aos Juízes da Comarca do Estado em 19 de novembro de 1897, requisitando a conversão de pena de prisão simples para pena de prisão com trabalho. A Casa de Correção chegava ao fim do século XIX completamente transformada, a antiga Cadeia Civil da Capital havia recebido uma reforma completa, física e organizacionalmente. A Cadeia adentrava o século XX, em condições de atingir os objetivos que a originaram. Em 1900, a Casa de Correção contava com as seguintes oficinas: oficina de marceneiros, oficina de chapéus e vassouras, oficina de alfaiates, oficina de ferreiros, oficina antropométrica, oficina de pintura, oficina de fotografia, sendo que posteriormente outras oficinas viriam a ser implantadas, reforçando o projeto de ajustamento e correção dos presos remetidos a Casas de Correção. A Cadeia assim, cumpria sua função,

que é a de transformar os indivíduos infratores e “degenerados” em seres úteis à sociedade, aproveitando todo o tempo em que estes permanecessem sob o domínio institucional, para aplicar uma verdadeira operação penitenciária sobre os corpos e as mentes dos condenados.

A prisão não tem só que conhecer a decisão dos juízes e aplicá-la em função dos regulamentos estabelecidos: ela tem que coletar permanentemente do detento um saber que permitirá transformar a medida penal em uma operação penitenciária; que fará da pena tornada necessária pela infração uma modificação do detento, útil para a sociedade (Foucault, 1999, p. 210).

5 A BOA FASE DA CASA DE CORREÇÃO E AS OFICINAS DE TRABALHO

A Casa de Correção vivenciou uma boa fase de funcionamento no período que compreende as três primeiras décadas do século XX. No mesmo decurso, também se constata, através da documentação, que a ordem pública e social foram constantes, permanecendo praticamente inalteradas, devido a forte ação dos aparelhos de repressão — polícia e cadeias — mantidos pelo Estado. O Estado do Rio Grande do Sul, de um modo geral, e a cidade de Porto Alegre, em particular, passaram a desfrutar e experimentar uma série de conquistas e progressos advindos da modernidade, principalmente aqueles oriundos do avanço tecnológico-científico industrial. Em 1920, o Relatório do Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, Dr. Protásio Antonio Alves, informava que a Casa de Correção abrigava um total de 623 presos, dentre os quais 14 eram do sexo feminino. Se compararmos o número de detentos do sexo masculino com os do sexo feminino, constata-se que a situação não se alterou ao longo de praticamente um século (1830-1920), pois, conforme o já citado Relatório de 1830, a população carcerária indicava um índice muito reduzido de detentos do sexo feminino.

Tal diagnóstico é muito interessante no que se refere à criminalidade feminina, demonstrando o predomínio por parte dos indivíduos do sexo masculino. O Relatório de 1830 apontava que os crimes praticados pelas mulheres limitavam-se a pequenos golpes, prostituição e furtos praticados, na maioria das vezes, nas casas de famílias onde trabalhavam. E, ao que tudo indica, esse quadro não se modificara, pois o Relatório de 1920 destacava que a alta criminalidade permanecera a cargo dos homens, enquanto as poucas mulheres ligadas ao crime continuaram exercendo os mesmos delitos. Entretanto, a população carcerária da Casa de Correção já configurava-se a cima de suas capacidades e obrigou as autoridades a construírem mais um andar.

Em 31 de maio, época em que alcança o Relatório da Administração da Casa de Correção, havia, no estabelecimento, 623 presos, sendo 14 mulheres. São boas as condições sanitárias, reveladas por insignificante mortalidade. A construção de mais de um andar tornou o prédio mais proporcional e fez cessar o acúmulo que havia nos xadrezes.¹¹

Dessa forma, a Casa de Correção pode continuar a exercer sua função, enquanto a parêlho estatal que visava corrigir os degenerados que se perderam no mundo da criminalidade. Outro fator que deu funcionabilidade ao projeto reformador do Governo Republicano era justamente as oficinas, que não só permitiam ao preso exercer uma ocupação, mas principalmente obter lucro com a venda dos produtos confeccionados nas oficinas. As diversas oficinas, mantidas pela Casa de Correção, passaram a confeccionavam inúmeros produtos desde roupas, sapatos, móveis, grades de ferro e fechaduras, até doces e pães. No tocante a fabricação de móveis, a oficina de marcenaria atingiu um alto padrão de qualidade e especialização. A oficina de marcenaria era muito bem conceituada na cidade, pois produzia desde uma simples cadeira à mobílias sofisticadas de estilo e requinte, como as do tipo Luís XV e Luís XVI, muitas das quais destinadas ao Palácio Piratini, Secretaria da Fazenda, entre outras repartições públicas e privadas. A padaria da Casa de Correção também merece destaque, pois ganhou fama na cidade através do pão que produzia, chegando a receber o título de “melhor pão da cidade”. Diariamente, a padaria produzia 2.500 quilos de pães destinados ao abastecimento da cadeia e bairros vizinhos. Conforme a imprensa, o pão fabricado na instituição pelos detentos tinha uma excelente reputação, sendo que muitas pessoas se deslocavam de bairros muito distantes apenas para comprar o famoso pão do estabelecimento correcional.

Na fabrica de sapatos eram manufaturados vários modelos com boa aceitação. As fechaduras produzidas na serralheria eram exportadas devido a sua excelente qualidade. A oficina de marcenaria foi responsável por grande número de móveis destinados aos órgãos governamentais: mobiliários de estilo, conjuntos Luís XV e Luís XVI com modelos vindos de Buenos Aires, alguns no Palácio Piratini e em outras repartições públicas como a Secretaria da Fazenda. A padaria produzia 2.500 kg diários de pães para o abastecimento do presídio e venda nos bairros próximos considerado o melhor pão da cidade.¹²

Literalmente, o estabelecimento carcerário de Porto Alegre havia se tornado uma Penitenciária Industrial e, sobretudo, autossustentável. O Governo Republicano não só consertou e concluiu o edifício, como também saneou e adequou os espaços físicos as suas devidas finalidades. Entretanto, a situação não teve como se manter ao longo dos anos, fazendo com que a Casa de Correção entrasse em um processo de crise e decadência.

6 A CASA DE CORREÇÃO E A INSTALAÇÃO DO CAOS

O crescimento urbano da cidade de Porto Alegre, ocorrido durante as quatro primeiras décadas do século XX, e a explosão demográfica são muito significativos e reveladores a respeito dos determinantes sociais que contribuíram para a desestabilização institucional e a degradação material da Casa de Correção.

Três anos após a Inauguração da Casa de Correção (1855), Porto Alegre contava com uma população de 18.465 habitantes. Decorridos 42 anos, em 1900, a cidade já possuía uma população de 73.274 habitantes, apresentando um crescimento populacional de aproximadamente 397%, um índice muito elevado, dadas as condições estruturais e institucionais da cidade. Certamente, o índice demográfico constatado no ano de 1900 (73.274 hab.) era algo muito inquietante para as autoridades se comparado à população de 1858 (18.465 hab.), nos primórdios do funcionamento da Casa de Correção. A capacidade da Cadeia em relação ao número de presos que podia comportar pouco havia crescido com as reformas e os aumentos empreendidos no estabelecimento. No que concerne a um bom funcionamento a Cadeia, poderia abrigar, no máximo, 400 detentos; contudo, o que se verifica a partir de 1930 é um contingente populacional muito superior ao limite da instituição, chegando muitas vezes a atingir uma cifra superior a 970 detentos, conforme se pode observar na *Revista Globo* de 28 de julho de 1945.

O crescimento vertical da população de Porto Alegre era uma constante, tanto que, de 73.274 habitantes em 1900, a cidade passou para 385 mil habitantes em 1939, o que corresponde a um crescimento populacional de 525%, aumento substancial que a cidade teve que comportar e administrar praticamente com os mesmos recursos materiais, institucionais e organizacionais mantidos pela cidade e poder público. Nesse contexto, a Casa de Correção não ficaria imune ao crescimento da população e a demanda carcerária que crescia igualmente. Assim, a Cadeia passou a ter de administrar uma demanda de presos cada vez maior, tanto que, em 1929, o *Jornal Estado do Rio Grande* chamava a atenção para o fato de que uma penitenciária deveria obedecer a dois preceitos fundamentais: o trabalho e a segregação.

O *Estado do Rio Grande* enfatizava a questão na matéria “O problema penitenciário”, cuja chamada de reportagem destacava a necessidade de se construir um novo presídio: “A segregação noturna dos presos é medida indispensável e que exige um novo estabelecimento penitenciário”.¹³ Nascia, a partir de então, uma nova etapa no contexto social que envolvia a Casa de Correção e desenvolvimento da cidade de Porto Alegre. Ao mesmo tempo, surgiam os primeiros protestos, principalmente por parte da imprensa e das elites intelectuais, para se remover

a Cadeia do centro da capital, que já era vista como nociva ao bem-estar e ao próprio desenvolvimento econômico e social da cidade.

As matérias publicadas em revistas e jornais tinham sempre o mesmo cunho e enfoque que remover do centro da cidade a Cadeia e os pobres seus casebres. A cidade, a partir deste momento, passou a ser como um local onde se apresentavam inúmeras oportunidades tanto para os detentores do poder e do capital quanto para os mais pobres e humildes, possuidores, muitas vezes, apenas de seus corpos, suas roupas e da esperança de conquistarem alguma coisa na capital que os seduzira e atraía pelo sonho de uma vida melhor. Foi assim que, durante as quatro primeiras décadas do século XX, a cidade teve uma grande e desordenada explosão demográfica, coadunando-se a miserabilidade social ao caótico desordenamento urbano. O centro da cidade, em 1945, estava praticamente entulhado de submoradias e de indigentes. Despontavam casebres por todos os lados, construídos nas principais ruas por aqueles que vieram, na maioria dos casos, do interior do Estado para tentar uma oportunidade na capital e que, não obtendo sucesso, acabaram na indigência e marginalidade.

Outro ponto salientado pela imprensa era o fato de que a Casa de Correção estava com sua capacidade muito acima do limite. A Cadeia tinha capacidade para 400 ou 500 detentos ao máximo, mas, no final da década de 1940, atingia uma cifra de mais de 900 presos entre homens e mulheres, obrigados a dividir os mesmos exíguos espaços do estabelecimento correccional, cuja área física permanecia inalterada. Além disso, pelo que se percebe na matéria da *Revista do Globo*, de 28 de julho de 1945, o número de oficinas de trabalho foi reduzido. Ao mesmo tempo, tudo indica que as oficinas que continuaram funcionando foram relegadas ao abandono, perdendo assim parte da sua importância, devido ao desinteresse dos administradores públicos, que não mais se preocupavam em supri-las com os recursos e os materiais necessários ao seu funcionamento.

O abandono institucional e material da Cadeia por parte das autoridades, associado ao excesso de presos, sempre crescente, levaram a Casa de Correção a uma degradação total. Dois anos após a *Revista do Globo* ter feito sua matéria sobre a Casa de Correção, em que salientava o surpreendente fato de nunca ter acontecido tipo algum de revolta na instituição, ocorreu o primeiro incêndio na Cadeia, numa clara demonstração de descontentamento por parte dos presos, os quais, “tudo indica”, foram os responsáveis pelo sinistro, assim como por sua contenção. A *Folha da Tarde*, no domingo de 31 de agosto de 1947, noticiou amplamente o ocorrido na Casa de Correção. Era o início do fim. As tensões e o clima de instabilidade a partir de então aumentaram gradativamente, da mesma forma que a Campanha da Imprensa para a desativação e destruição da Casa de Correção.

A caótica situação da Cadeia e a sofrida vida dos detentos no estabelecimento culminaram na grande revolta de 28 de novembro de 1954, quando os cerca de 1.093 presos, após a visita de seus familiares, atearam fogo, simultaneamente, em várias alas do presídio, em protesto contra as péssimas condições em que se encontravam na instituição prisional. A *Folha da Tarde*, do dia 29 de novembro de 1954, registrou o fato detalhadamente com a manchete “Vários presos teriam morrido sob os escombros” (*Folha da Tarde*, 29/11/1954, p. 8). O incêndio foi fatal para a Casa de Correção. A partir daquele momento, a Casa de Correção tornou-se uma “extensão do inferno”. Se antes as condições de habilitabilidade eram desfavoráveis devido ao elevado número de presos e aos poucos recursos destinados ao estabelecimento, após o sinistro, a situação agravou-se violentamente, pois os presos tiveram que se ajeitar de forma improvisada. As celas que não foram danificadas pelo fogo passaram a abrigar mais de 30 detentos cada uma, e as poucas oficinas ainda em funcionamento foram desativadas para acomodar os presos. A Cadeia tornou-se um foco permanente de insegurança e tensão, tanto para os presos e funcionários que viviam no interior da instituição como para o próprio Governo e a população, de um modo geral, que passou a ter mais aversão e temor da Cadeia e de seus “hóspedes”.

Após o incêndio de 1954, a Casa de Correção forçou o Governo do Estado e as autoridades competentes, representados pelo então Governador Ernesto Dornelles, a realizarem um projeto a fim de se construir uma nova penitenciária estadual. Tal projeto, entretanto, não se viabilizou a curto prazo, conforme o pretendido, o que levou o Governo a cogitar a ideia de reformar a própria Casa de Correção até que se concretizasse a edificação do novo estabelecimento carcerário. Essa proposta do Governo foi recebida com uma forte rejeição pelas elites locais e por parte da sociedade, que imediatamente passaram a fazer uso da imprensa para protestar, no intuito de estabelecer, entre a população, um sentimento de reprovação geral quanto à reforma do Cadeião. A campanha da imprensa surtiu efeito dentro da sociedade e a população de um modo geral passou a ver a Cadeia como algo muito perigoso que deveria deixar de existir na localidade em que se encontrava. Dessa forma, o Governo Estadual não teve outra saída, se não a de abandonar a ideia da reforma e retomar o projeto de construção de outro estabelecimento prisional.

A área designada para a construção do novo presídio foi o Bairro Partenon, por ser estratégica e geograficamente afastada do centro de Porto Alegre, fora das vistas e do movimento da população da cidade e, principalmente, dos ilustres cidadãos. Coincidência ou não, a localização da nova Penitenciária Estadual seguiu as mesmas premissas que um dia nortearam a escolha do local para a construção da Casa de Correção. Contudo, se contabilizarmos o tempo decorrido desde o incêndio de 1954 até a desocupação da Casa de Correção, com a transferência dos presos para a nova Penitenciária Estadual, em 1962,

tem-se um total de oito anos, quase uma década de funcionamento da antiga Casa de Correção. Nesse ínterim, completou-se a total degradação do Cadeião da Volta do Gasômetro, tendo, nos últimos anos de sua existência, proliferado os crimes e todo o tipo e de contravenções. Delitos como a comercialização de contrabandos e a visita de prostitutas dentro do estabelecimento carcerário passaram a ser normais, ocorrendo livremente e sob o conhecimento de toda a sociedade, conforme demonstra a reportagem de 1962 da *Revista do Globo*.

As histórias do que ocorriam no interior do presídio não eram escondidas a ninguém: o contrabando de bebidas alcoólicas, a visita de mulheres e a fuga de prisioneiros eram fatos comuns. A corrupção que campeava em seu interior jamais recuperaria um prisioneiro, pelo contrário, o conduziria mais rapidamente para o caminho do crime.¹⁴

A Casa de Correção chegava, assim, aos últimos dias de sua longa existência completamente falida institucional e materialmente. Com a conclusão da construção do novo Presídio do Partenon, atualmente denominado Presídio Central, em 1962, o Governo do Estado, administrado por Leonel de Moura Brizola, encerraria o funcionamento do Cadeião. É interessante destacar que a mesma retórica que outrora afirmava que a Casa de Correção seria a solução para todos os problemas referentes a questão prisional do Estado, agora era usada para legitimar o novo Presídio do Partenon. O jornal Última Hora do dia 3 de setembro de 1962 fez uma grande reportagem com entrevista do então Diretor do DIP, Anselmo Amaral, que afirmava, “Moderna, bem equipada e bem dirigida, a Penitenciária Estadual pode agora atingir os verdadeiros objetivos para que foi construída: Reeducar o apenado, tornando-o apto a reingressar na sociedade.” As autoridades eram categóricas em afirmar que novo Presídio Estadual era um Estabelecimento Carcerário condizente e digno das novas teorias da criminologia, dotado de toda infraestrutura e plenamente capaz de reabilitar e reinserir o preso ao seio social.

Os porto-alegrenses, principalmente as elites locais, a imprensa e as autoridades de um modo geral aguardavam eufóricos a decisão do Governador de desativar e destruir a Casa de Correção. No dia 24 de abril de 1962, durante a manhã, os últimos presos foram levados para a nova Penitenciária Estadual. Ao longo dos meses anteriores, muitos detentos já haviam sido transferidos para outros estabelecimentos prisionais no interior do Estado.

E, finalmente, no irromper da noite de 1962, o então Governador Leonel Brizola adentrou, acompanhado por diversas autoridades, pela imprensa e pelo povo, o portão da Casa de Correção, a fim de acionar o detonador das bananas de dinamites que simbolizaram o fim do Cadeião e de sua permanência no centro da Capital do Estado. Assim, ficou soterrado sob os escombros mais

de um século de história e funcionamento de um estabelecimento que foi o Marco do Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, cabe destacar que, coincidência ou não, o Presídio Central da Capital enfrenta os mesmos dilemas que outrora foram motivo para a desativação e destruição da Casa de Correção, pois não oferece as condições de habitabilidade e de recuperação dos apenados. Além disso, possui uma população carcerária que ultrapassa quatro mil detentos, em torno de 4.807, segundo dados do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que realizou inspeção no Presídio Central de Porto Alegre, em 13 de julho de 2009. O mesmo relatório ainda aponta que, após as ampliações e reformas, o Presídio teria uma capacidade máxima para atender e abrigar em torno de 2.069 apenados. Dessa forma, tudo indica que a sociedade gaúcha e brasileira continua a vivenciar períodos cíclicos de desestruturação e ineficácia no que diz respeito ao sistema prisional, sendo que as propostas das autoridades para solucionar os problemas sempre giram em torno da destruição de um Presídio velho para se edificar uma nova Instituição Carcerária a fim de suprir a demanda sempre crescente de presos. Enfim, o entendimento das autoridades sobre a criminalidade e segurança pública, parece que continua sendo aquele em que o sistema prisional está desconectadas de outros fatores sociais, tais como: investimento educacional, criação de novos postos de trabalho, crescimento urbano e projetos sociais de inclusão social de massas e políticas públicas de segurança preventiva.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de construção da Casa de Correção nasceu da necessidade de se atender à crescente demanda carcerária oriunda do próprio crescimento urbano e demográfico de Porto Alegre. A Casa de Correção foi estratégica e geograficamente construída em um local afastado da exígua área central de Porto Alegre, tendo sua disposição espacial obedecido ao pensamento corrente entre as autoridades locais, que almejavam principalmente os seguintes objetivos.

Em primeiro lugar, o local deveria ser de fácil acesso e saudável aos presos. Em segundo, o solo formado por rochedos ofereceria uma sólida base para os alicerces. Em terceiro, a prisão deveria ficar longe da visibilidade do público e desviada da movimentação geral da população. Em quarto, o isolamento da prisão evitaria com mais eficácia a propagação de qualquer epidemia que, porventura, viesse a se desenvolver na Cadeia. Em quinto lugar, deveria haver facilidade para o recolhimento de água destinado ao consumo do estabelecimento carcerário. Em sexto e último lugar, escolhido o novo local, a área anteriormente designada – o Largo da Força – poderia ser transformada em uma bela praça para a cidade e seus cidadãos. Neste sentido, foi estabelecida uma comissão de engenheiros

militares para escolher o novo local. Após analisar diversas áreas na cidade, essa comissão concluiu que o melhor lugar para a edificação da Cadeia seria a Ponta da Praia do Arsenal – Volta do Gasômetro, como passou a ser conhecida após a instalação da Usina – por entenderem que tal localidade satisfazia todos os requisitos pertinentes à construção do estabelecimento carcerário.

A edificação da Casa de Correção não seguiu fielmente seu projeto, devido à instabilidade orçamentária dos governos, que acabaram alterando por diversas vezes o projeto e interrompendo inúmeras vezes a construção do prédio, sendo efetivada parcialmente entre os anos de 1852-1855, quando finalmente foi inaugurada e passou imediatamente a funcionar uma parte do prédio. O funcionamento inicial do estabelecimento prisional foi marcado por uma série de dificuldades. Entretanto, as autoridades afirmavam que a desumanidade antes existente nas cadeias que precederam a Casa de Correção jamais ocorreriam na nova Cadeia que se inaugurava. Assim, desde os primeiros instantes do seu funcionamento, tanto no período imperial como no republicano, o norte perseguido era o de transformar a Cadeia em um verdadeiro estabelecimento correcional. Contudo, esse objetivo só se concretizou realmente após a instalação da República Positivista, quando foi concluída a edificação da Cadeia e construído um prédio designado, especificamente, para as oficinas de trabalho da instituição prisional, o que viabilizou também a substituição do nome de Cadeia Civil da Capital para Casa de Correção. Em sua longa existência, a Casa de Correção passou por três fases distintas.

A primeira delas compreende o longo período que levou para ser construída, marcado pelas muitas dificuldades enfrentadas, decorrentes da ocupação de um prédio inacabado e em processo de construção, muitas vezes interrompido, além, é claro, da superlotação de presos e da falta de recursos financeiros. A segunda fase corresponde ao período em que a edificação da Casa de Correção foi realmente finalizada, sobretudo a partir do efetivo estabelecimento e funcionamento das oficinas de trabalho, que visavam à correção dos indivíduos transgressores, oferecendo trabalho e, em última análise, uma profissão para poderem se reinserir na sociedade após a liberdade. Durante esse período, a Cadeia conseguiu adequar-se aos seus propósitos e funcionar com um contingente populacional consoante sua capacidade. Ao mesmo tempo, as oficinas de trabalho destacaram-se com uma produção muito significativa e especializada, que estreitou os laços entre cadeia, a cidade e seus cidadãos. Essa reciprocidade possibilitou uma vantajosa lucratividade para todos os envolvidos: a Cadeia, os presos, a cidade, e o Estado, o qual se beneficiava com uma parte dos lucros provenientes da venda dos produtos fabricados nas oficinas da Casa de Correção. A terceira e última fase da Casa de Correção é marcada por uma violenta crise, que levou o estabelecimento a uma total degradação institucional e material. No limiar do século XX, a cidade de Porto Alegre, teve

uma grande explosão demográfica que, conseqüentemente, deu origem ao envio de um número sempre crescente de detentos à Casa de Correção. Esse processo culminou com um excessivo número de presos, muito além da capacidade e dos recursos físicos e materiais disponibilizados pela instituição carcerária. Por outro lado, com o crescimento urbano, social e político-econômico da cidade, as elites locais e as autoridades passaram a objetivar uma “limpeza” integral do centro da Capital, afastando, para as zonas periféricas – principalmente leste e norte – todos os indivíduos desqualificados que residiam nas ruas centrais. O objetivo final dessa iniciativa era o de suprimir todo e qualquer foco negativo que causasse uma impressão sombria do centro da cidade, fosse humana ou material.

Dessa forma, tornou-se imprescindível eliminar a Casa de Correção do centro de Porto Alegre. A justificativa encontrada pelas elites locais e parte das autoridades representativas de Porto Alegre para tanto fundamentava-se no fato da Cadeia ser velha e antiquada, mas, fundamentalmente, por representar um perigo e uma ameaça constante à cidade e aos seus cidadãos. Neste sentido, estabeleceu-se um sentimento de reprovação à permanência da Casa de Correção no centro da Capital, principalmente entre aqueles que se intitulavam os verdadeiros representantes da moral e da ordem. A partir de então, essa opinião passou a ser veiculada pela imprensa, que se lançou em uma verdadeira “cruzada” a fim de estabelecer, entre a população, esse sentimento, no intuito de pressionar o Governo a desativar a Cadeia do centro da cidade. Esse objetivo foi alcançado, após o incêndio de 1954, o estabelecimento entrou em um colapso total, não tendo mais condições de se reerguer material e institucionalmente.

Neste contexto, o Governo obrigou-se a desenvolver um projeto para a construção de uma nova Penitenciária Estadual, fato que veio a se concretizar com a edificação do Presídio do Partenon. Desta forma, com a conclusão da edificação da nova Cadeia, em 1962, o Governador Leonel Brizola desativou a antiga Casa de Correção e pôs fim ao seu funcionamento dinamitando o edifício. Encerrava-se, assim, a última fase da Casa de Correção. As elites locais, as autoridades de um modo geral e a imprensa finalmente haviam saído vitoriosas em sua meta de desativar e destruir o edifício do Cadeião. Assim como Rui Barbosa certa vez acreditou que, destruindo a documentação referente à escravidão, apagaria a terrível mancha de nossa história, as autoridades e as elites porto-alegrenses pensaram que, dinamitando o prédio da Casa de Correção, poderiam apagar a memória e soterrar o passado da instituição e, em última análise, parte da história do Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, torna-se pertinente destacarmos que a destruição do prédio da Casa de Correção foi uma decisão equivocada e errônea, levada a efeito pelo então Governador Leonel Brizola. Certamente, o edifício poderia ter sido reaproveitado para outros fins, principalmente culturais, como é o caso da antiga Casa de Correção de Recife, da Usina do Gasômetro e do antigo Hotel

Magestic, atualmente rebatizado de Casa de Cultura Mario Quintana, os quais, além de preservar a memória e o patrimônio público, desempenham um papel muito importante na promoção da cultura e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

- CORUJA FILHO, Dr. Sebastião Leão. *Datas Rio-Grandenses*. Globo, 1962.
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Erus, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FRANCO, Sergio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.
- FREITAS, Décio. *O maior crime da terra: o açougue humano da Rua do Arvoredo – Porto Alegre (1863-1864)*. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- MOREIRA, Paulo Robert Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. *Porto Alegre: A cidade e sua formação*. Porto Alegre: Metrópole, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os lugares da segregação: criminosos, loucos e doentes*. Porto Alegre, [s.n.]; 2003. Texto cedido pela autora.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: Jeweb Editora Digital, 2003. Texto cedido pela autora.
- PORTO ALEGRE, Achylles. *A sombra das árvores*. Porto Alegre: Selbach, 1923.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.
- SPALDING, Walter. *Esboço histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1940.
- WEIMER, Gunter. Estruturas sociais gaúchas e arquitetura. In: *Arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

RELATÓRIOS OFICIAIS

Lei Imperial aprovada em 01/10/1828, que regulamentou as Províncias, os municípios e as câmaras municipais, dando a estas atribuições de fiscalização e manutenção para o bom funcionamento das cadeias, hospitais e estabelecimentos de caridade. Legislação: Livro 43, p. 302. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Ofício do Presidente da Província de 24/04/1845, que encarrega uma Comissão de Engenheiros Militares da confecção do projeto e a escolha de um local apropriado para sua edificação da Cadeia Civil da Capital. Obras Públicas. Maço 2. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Doação dos terrenos na Praia do Arsenal feita pelo Presidente da Província, Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro; também conhecido como Visconde de São Leopoldo. Atas da Câmara Municipal, 1846-1855. 1-2-1/14. Arquivo Histórico de porto Alegre.

Presidência da Província autorizava a primeira despesa com a compra das pedras destinadas para a construção da Cadeia Civil de Porto Alegre. Obras Públicas, 15 de junho de 1850. Maço 5. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Determinação do Vice-Presidente da Província Luís Alves de Leite de Oliveira Belo, que a construção da Cadeia Civil da Capital fosse realizada em três etapas. Relatório do Vice-Presidente da Província, Luís Alves Leite de Oliveira Belo enviado à Assembleia Legislativa em 1/10/1852. A-7. 2, p. 25. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relatório da Comissão encarregada da visita de inspeção das prisões, hospitais e estabelecimentos de caridade da Capital. 4 de junho de 1885. Autoridades Municipais. Maço 149. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relatório do Vice-Presidente da Província Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova ao passar a administração da Província ao Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça em 27 de outubro de 1887. A-7. 20. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relatório do Chefe de Política Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, apresentado ao Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 15 de agosto de 1895. SIE. 3-003, p. 112. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relatório do Chefe de Polícia Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, apresentado ao Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 31 de julho de 1896. SIE – 3-003. P. 158-159. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relatório do Chefe de Polícia Dr. Cherubim Feliciano da Costa, apresentado ao Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, anexo ao Relatório do Dr. João Abbott, Secretário dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de julho de 1898. SIE – 3-006. P. 163. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Relatório apresentado ao Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antonio Alves, Secretário dos Negócios

do Interior e Exterior em 30 de agosto de 1920. SIE – 3-034. P. XLIII-XLIV. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ARTIGOS DE JORNAIS

Estado do Rio Grande, 23 de novembro de 1929.

Folha da Tarde, domingo, 31 de agosto de 1947.

Folha da Tarde, 15 de janeiro de 1949.

Folha da Tarde, 29 de novembro de 1954.

Folha da Tarde, 8 de janeiro de 1955.

Trinta Dias de Cultura, junho-julho de 1990.

Última Hora, 3 de março de 1962.

Zero Hora, 5 de setembro de 1999.

ARTIGOS DE REVISTAS

Revista do Globo, 23 de junho de 1945.

Revista do Globo, 28 de julho de 1945.

Revista do Globo, 26 de maio de 1962.

NOTAS

* Natural de Porto Alegre/RS, é formado em História pelas Faculdades Porto-Alegrenses (FAPA) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Dissertação intitulada *Casa de Correção: O Cadeião da Volta do Gasômetro*. Atualmente, desenvolve atividade como Assessor Pedagógico na Secretaria de Educação do Município de Canoas/RS (Grande Porto Alegre), ministrando formações para a rede educacional do município. Também é autor dos livros *Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Ciências Humanas* e *Educação de Jovens e Adultos*. Tais livros deram origem às disciplinas: Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Ciências Humanas e Educação de Jovens e Adultos que compõem a grade curricular do curso de Pedagogia-EAD, da Universidade Luterana do Brasil. Como pesquisador desenvolve pesquisas sobre: Prisões, Violência, Educação e Globalização.

¹ A doação dos terrenos na Praia do Arsenal foi feita pelo então Presidente da Província, Dr. José Feliciano Fernandes Pinheiro; também conhecido como Visconde de São Leopoldo.

- ² AHPA. Atas da Câmara Municipal, 1846-1855. 1-2-1/14.
- ³ Ofício enviado a Presidência da Província. AHRS. Obras Públicas, 15 de junho de 1850. Maço 5.
- ⁴ Relatório do Vice-Presidente da Província, Luís Alves Leite de Oliveira Belo enviado à Assembleia Legislativa em 1º/10/1852, AHRS, A-7.02, p. 25.
- ⁵ Moreira, Paulo Robert Staudt. Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868-1888). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 125.
- ⁶ Relatório da Comissão encarregada da visita de inspeção das prisões, hospitais e estabelecimentos de caridade da Capital. 4 de junho de 1885. AHRS. Autoridades Municipais. Maço 149.
- ⁷ Relatório do Vice-Presidente da Província Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova ao passar a administração da Província ao Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça em 27 de outubro de 1887. AHRS. A-7.20.
- ⁸ Relatório do Chefe de Política Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, apresentado ao Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 15 de agosto de 1895. AHRS. SIE – 3-003, p. 112.
- ⁹ Relatório do Chefe de Polícia Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, apresentado ao Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 31 de julho de 1896. AHRS. SIE – 3-003. p. 158-159. (Grifos nossos).
- ¹⁰ Relatório do Chefe de Polícia Dr. Cherubim Feliciano da Costa, apresentado ao Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, anexo ao Relatório do Dr. João Abbott, Secretário dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de julho de 1898. AHRS. SIE – 3-006. p. 163.
- ¹¹ Relatório apresentado ao Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antonio Alves, Secretário dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de agosto de 1920. AHRS. SIE – 3-034. p. XLIII-XLIV.
- ¹² *Trinta Dias de Cultura*. Junho-julho de 1990, p. 29.
- ¹³ *Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 23 de novembro de 1929, p. 6.
- ¹⁴ *Revista do Globo*, São Paulo, 26 de maio de 1962, p. 52.